

Desigualdade Social e educação ruim entravam o crescimento nacional

Sr. Presidente da Câmara Municipal, srs. Vereadores,
telespectadores da TV Câmara, Boa Tarde.

O Jornal o Estado de São Paulo traz hoje uma notícia que merece nossa atenção: a riqueza privada atingiu recorde em todo o planeta.

Isso significa que há mais milionários no mundo hoje do que em qualquer momento do passado. O número total de domicílios milionários atingiu os 16,3 milhões em 2013. A afirmação parece sensacionalista, mas é fato. Foi o que apontou a consultoria de gestão Boston Consulting Group.

A riqueza privada do planeta – ou seja, o dinheiro administrado por instituições de gestão de fortunas e bancos voltados para alta renda- cresceu 14,6% de 2012 para 2013, passando de US\$ 132,7 trilhões para US\$ 152 trilhões.

O total equivale a quase dez vezes o PIB dos EUA, a maior economia do planeta.

Mas não precisamos ir tão longe para perceber o quão brutal essa diferença é. Aqui mesmo, em nossa cidade, temos um microcosmo desta realidade:

De um lado, temos Moema – com renda média de R\$ 5.362. De outro, temos Marsilac – bairro em que uma pessoa sobrevive com, em média, R\$ 416. Ou seja, o morador de Moema vive com 13 vezes mais renda do que o morador de Marsilac. Isso na mesma cidade.

A pobreza, a desigualdade social, não é apenas fruto da falta de renda como grande parte das pessoas pensa. Uma série de carências faz com que o ciclo de pobreza não consiga ser rompido de forma efetiva em nosso país, que optou por um Bolsa-Família meramente assistencialista –

fugindo dos moldes do Bolsa-Escola Federal, que previa contrapartidas efetivas e monitoradas para o recebimento do benefício.

Uma das carências que gera e alimenta o ciclo da pobreza é, sem dúvida, a educação. Mais especificamente a falta de acesso à educação de qualidade.

Apesar da universalização do ensino alcançada no Governo FHC – por meio de ações coordenadas com excelência pelo Ministro Paulo Renato –, deixamos de avançar substancialmente no tema.

Isso significa que com menos educação, a brutal maioria da população não tem acesso aos melhores empregos e sua renda continua baixa. Desta forma fica impossível romper o ciclo da pobreza.

E o mundo sabe que o Brasil não está mais no caminho. Um segundo estudo, intitulado “Índice para uma vida melhor”, divulgado ontem (9/6), pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, mostra que o brasileiro trabalha mais do que a média dos habitantes dos países ricos, mas é mais pobre do que todos.

Isso significa que o brasileiro trabalha, trabalha e no final produz pouco, pois é pouco instruído. Ou seja, seu suor não agrega muito à economia.

Aqui, apenas 43% dos adultos entre 25 e 64 anos possuem o equivalente ao diploma de ensino médio. É muito menos do que a média da OCDE (75%). É bem menos do que o nosso vizinho Chile, onde 72% da população alcança essa faixa escolar.

Conforme avalia o Jornal Folha de São Paulo de hoje: a tristeza é que a situação não está melhorando muito. Entre os jovens de 25 a 34 anos, apenas 57% terminaram o segundo grau, contra 82% na comparação internacional.

Além disso, o país é o que tem o pior desempenho no Pisa, o exame internacional que compara o desempenho acadêmico de alunos de 15 anos, entre os 36 países analisados pela OCDE.

A nota média brasileira é 406, menor do que a média da OCDE (497) e muito atrás da elite mundial, como Finlândia (529) e Japão (538).

A realidade é complexa e fundamentalmente estratégica para repensarmos a disparidade social e o dinamismo econômico de nosso país.

Vale lembrar que, apesar de ser a sétima maior economia em valores absolutos, em valores per capita e contando todos os países o Brasil fica apenas com o 79º lugar.

A análise negativa feita pela OCDE não para por aí: o Brasil tem ainda a penúltima pior expectativa de vida: 73 anos, contra 80 na média; ganhando apenas da Rússia. Ostentamos, ainda, os piores indicadores de segurança pública.

Não faço parte do bloco do quanto pior melhor. Da oposição irresponsável. Temos que divulgar este estudo para que as pessoas saibam a real situação do país e possamos pensar, juntos, em soluções.

A tendência na diminuição da pobreza vem se revertendo. Estamos retrocedendo e isso é o que aponta não apenas este novo índice da OCDE, como, também, o já consagrado Coeficiente de Gini.

Segundo apontado pela Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) e divulgado pelo IBGE, o índice de Gini brasileiro é 0,526.

Pra que não conhece, o coeficiente de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini.

Os dados variam entre 0 e 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm).

Para vocês terem uma ideia, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo – longe da média da União Europeia chegou a 0,290 no ano passado.

A pesquisa apontou alguns sinais de queda na distância entre os ricos e os pobres brasileiros, como a redução na renda dos 20% mais ricos, de 63,7% para 57,7% do total de 2001 a 2011.

Mesmo assim, no ano passado os 40% mais pobres ganhavam apenas 11% da riqueza nacional, segundo os dados levantados.

Reforço: pobreza não significa apenas a falta de renda. E este foi um dos pilares para as ações que desenvolvemos no pioneiro programa Ação Família – Viver em comunidade, quando fui Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, em 2005, na gestão do Prefeito José Serra.

A pobreza é resultado de uma soma de carências e para combatê-la uma cesta de serviços capazes de suprir essas demandas deve ser oferecida. Sob este prisma, ao olharmos os dados do IBGE constatamos que 58,4% dos brasileiros sofrem com alguma vulnerabilidade.

São considerados carências: atraso educacional; não inclusão na seguridade social (como contribuinte ou beneficiário); características do domicílio inadequadas (mais

de 2,5 pessoas por dormitório, por exemplo); e falta de acesso a algum serviço público básico.

Outro indicador, inspirado em institutos europeus, mensurou a carência de renda.

É considerado pobre quem vive em família com renda per capita abaixo de 60% do rendimento mediano (ponto central entre a metade inferior e a metade superior de uma amostra) das famílias.

Nesse critério, 29,8% dos brasileiros sofrem da falta de renda.

Vejam que os números só reforçam o que venho dizendo sempre: apesar da tendência de redução da pobreza observada nos últimos anos, a desigualdade de renda ainda é bastante acentuada em nosso País. Infelizmente.

Quando estive à frente da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – na gestão do então prefeito José Serra – já observávamos e constatávamos através de números a distribuição e territorialização da pobreza em São Paulo. Na época, em 2004, a Fundação Seade acabara de divulgar o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, que foi usado como ferramenta

norteadora das ações integradas de assistência e desenvolvimento social por toda cidade.

É impossível pensar em políticas públicas que promovam a equidade, sem olhar o território. Não podemos perder de vista a integralidade do indivíduo e a interdependência dos problemas.

Este é mais um dos paradigmas das políticas públicas que precisa ser quebrado. E foi o meu lema, repetido insistentemente por três anos: as pessoas não são pobres simplesmente porque não têm renda. As pessoas são pobres porque não há oferta de serviços adequados na região em vivem, especialmente aqueles ligados ao desenvolvimento intelectual.

Mas não é só isso. É também a falta de transporte e a ausência de creche que impedem as mães de saírem para trabalhar; é a ausência de pós-escola, que faz com que as crianças estejam nas ruas; é a criança que vai mal na escola

porque trabalha no contraturno escolar para ajudar os pais em casa; é a criança que também vai mal na escola porque está doente e está doente porque se alimenta mal; é a mãe que trabalha o dia inteiro por uma remuneração muito aquém de suas necessidades mínimas; é o pai que, por falta de emprego, vive embriagado; é a falta de serviços de saúde adequados; é a ausência de educação para jovens e adultos. Enfim, há todo um conjunto de ausência de serviços públicos que mantém essas pessoas na pobreza.

E está aí o cerne da questão. Este era o foco do Programa Ação Família – viver em comunidade, que ajudou milhares de família a melhorar efetivamente de vida.

Precisamos de mais ações integradas e convergentes. Pois somente assim, no meu entender, é que viveremos TODOS melhor. De forma mais justa e equilibrada. É como costume dizer: Se São Paulo não for para todos, não será para ninguém.

Muito obrigado.